

Aureliano sairá do governo após convenção do PFL

Rogério Coelho Neto

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, só permanecerá no cargo até a convenção nacional do PFL que vai examinar a proposta de um novo pacto político feita pelo presidente José Sarney ao Partido da Frente Liberal e ao PMDB. Aureliano, considerado o candidato "natural" dos cardeais pefelistas ao Palácio do Planalto, deverá iniciar sua campanha eleitoral em dezembro.

Um influente dirigente do PFL revelou que Aureliano já está recomendando aos amigos de Minas, Rio e São Paulo que chamou para o seu staff no Ministério das Minas e Energia que devem começar a tratar da vida, numa demonstração de que é chegada a hora de sair do governo. Na campanha, o ex-governador de Minas tentará ocupar o espaço político que o PMDB perdeu junto a importantes segmentos da classe média, com a modernização, segundo seus assessores, do velho discurso udenista.

Decisão — No dia 23 de setembro, três dias antes de o presidente nacional do partido, Marco Maciel, subir a rampa do Palácio do Planalto para dizer a Sarney que considerava extinta a Aliança Democrática, os cardeais do PFL reuniram-se e

pediram a Aureliano que passasse a agir, dali em diante, como candidato "natural" à Presidência da República.

A tendência dos pefelistas, naquele dia, era de pedir ao presidente da República para liberar o partido dos compromissos assumidos com o seu governo. Ponderações do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e do líder da bancada no Senado, Carlos Chiarelli, permitiram, no entanto, o encontro de uma solução de meio termo: o rompimento com a Aliança Democrática, que só dependia, pelo agravamento das divergências entre líderes do PFL e do PMDB, de uma simples oficialização.

O deputado pernambucano José Jorge cedeu sua residência para a reunião que deu a Aureliano o status de candidato antecipado do PFL à sucessão de Sarney. Estavam presentes ao encontro, entre outros dirigentes do partido com poder de decisão, os senadores Marco Maciel, Guilherme Palmeira, Jorge Bornhausen e Carlos Chiarelli e os deputados José Lourenço e Saulo Queirós. Os ministros Antônio Carlos Magalhães, Abreu Sodré (relações Exteriores) e João Alves (Interior) não participaram da reunião, mas apóiam a decisão, conforme informou um integrante da direção nacional do partido.

Empresariado — No Rio, assessores do

empresário Hélio Paulo Ferraz revelaram que as grandes lideranças das classes produtoras de São Paulo foram decisivas para convencer o PFL de que esse era o melhor momento para o partido mostrar ao eleitorado liberal, que flutua além dos extremos de esquerda e direita, um candidato viável. Ferraz ajudou o senador Marco Maciel, nos últimos três meses, a ouvir a opinião do empresariado paulista sobre os melhores nomes para a sucessão de Sarney, com o de Aureliano se destacando.

O alvo da campanha de Aureliano será o PMDB. O discurso do ministro, garantem seus assessores, será agressivo, mas não ofensivo. A tendência é a de reclamar, para o PFL — que vai mudar de nome e passará a se chamar depois de sua convenção nacional Partido Democrático Liberal (PDL) ou Partido Liberal Democrático (PLD) —, o maior quinhão do movimento político que permitiu o fim do autoritarismo.

Aureliano, para lideranças influentes do empresariado de São Paulo e do Rio de Janeiro, conta com uma vantagem, como candidato potencial do chamado centro-liberal: figura, há três anos, sempre nos primeiros lugares, em todas as pesquisas de opinião que o Ibope promove, de quando em vez, para listar os nomes dos postulantes à Presidência da República que têm mais identificação com o eleitorado.

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro



Maciel (C) recomendou aos parlamentares que não assinem individualmente o documento

PMDB pode negar apoio a Sarney

A direção do PMDB condiciona seu apoio ao documento-compromisso em torno do qual o governo pretende criar uma maioria no Congresso a uma "firme disposição" do presidente Sarney de respeitar a vida partidária e desprezar adesões individuais ou de grupos. Caso contrário, o partido deverá rejeitar o documento entregue ao deputado Ulysses Guimarães — o que é mais provável, já que o Centro Democrático, tendência interna do partido, se dispõe a subscrevê-lo antes da reunião na Executiva com os governadores, na próxima quarta-feira.

A possibilidade de o PMDB negar apoio ao documento foi admitida pelos líderes Euclides Scalco (Constituinte) e Fernando Henrique Cardoso (Senado), ao saírem de uma reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães, da qual participou ainda o líder da Câmara, Luís Henrique. Durante a reunião, Ulysses recebeu telefonema do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) informando-o de que os líderes do Centro Democrático "iniciavam boleta de assinaturas de apoio ao documento. Isso é muito grave", respondeu Ulysses, convocando o informante para ir à sua casa e fornecer dar mais detalhes.

Precipitação — "Eles anteciparam a saída do partido", observou Fernando Henrique. Luís Henrique ponderou que era preciso saber quantos assinariam, pois não acreditava que todos seguissem a orientação. Lembrou que o secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, simpatizante do grupo, já se pronunciara contra qualquer iniciativa independente do conjunto.

No Congresso, Reis confirmou a informação do líder: "É lógico que não busco o confronto, mas sou um soldado do partido e com ele tomarei minha decisão. De mim não se podia esperar outra coisa". Já o líder do governo, Carlos Sant'Anna, repeliu as acusações da cúpula do PMDB de que o Centro Democrático estava atropelando o partido: "A posição do partido tem que refletir a

posição de seus integrantes e o que estamos fazendo é exatamente isso, ou seja, definindo posições". O Centro pretende entregar na terça-feira a Sarney a lista de adesão, que, segundo Sant'Anna, está sendo feita também por telegramas.

Consultas — Depois de conversar com os líderes, Ulysses reuniu-se com Cid Carvalho e com o ministro Raphael de Almeida Magalhães. Ele já tinha, então, conversado por telefone com vários governadores. Ouvira do governador Orestes Quércia, que com quem assistiu na véspera o pronunciamento de Sarney, a reafirmação de fidelidade ao partido. Mas um dos líderes confidenciou que Quércia disse uma coisa para Ulysses e outra para a imprensa. Referia-se a entrevista em que o governador antecipa apoio a Sarney e prevê que o PMDB não contestará o documento.

O doutor Ulysses mergulhou na sua própria reflexão e está, por enquanto, submerso. Na quarta-feira, ele vai emergir e tomar uma decisão, que será a de acompanhar a maioria — prevê Fernando Henrique.

No final do dia, o presidente do PMB já tinha ouvido praticamente a maioria dos governadores. Não quis dar entrevistas, mas, segundo um de seus interlocutores, a tendência registrada coincide com a posição da direção do partido — contrária à adesões avulsas.

Críticas — Com exceção do próprio Ulysses, que está mudo até segunda ordem, todos os líderes e dirigentes do PMDB reunidos em sua casa não pouparam críticas ao documento do presidente. "Ele quer apoio incondicional e isso só é possível nas distaduras", ponderou Fernando Henrique. As principais críticas referem-se à insistência de Sarney em relação ao mandato e sistema de governo e de sua determinação de executar uma reforma ministerial em pleno trabalho da Constituinte. "Será que ele quer implodir a Constituinte? Não acredito que em sua consciência alguém queira isso", comentou Euclides Scalco.

Partido só vai se decidir em outubro

BRASÍLIA — A comissão executiva nacional do PFL, reunida pela manhã sob a presidência do senador Marco Maciel, recomendou aos parlamentares do partido que não assinem individualmente o documento em que o presidente José Sarney estabelece as regras gerais de um futuro governo de União Nacional. A decisão de acatar ou não a proposta de Sarney foi remetida para a convenção nacional, marcada para 7 e 8 de novembro; até lá, serão consultadas as diversas instâncias do partido.

O documento do presidente não chegou aonde queríamos — analisou o senador Jorge Bornhausen, que deixou o ministério da Educação depois de ter sido o pivô do rompimento da Aliança Democrática. Segundo ele, apoiado à tarde por vários deputados pefelistas, "Sarney ficou só na retórica" e perdeu a oportunidade de anunciar medidas objetivas, como a redução na prática do número de ministérios.

Coincidências — São entretanto muitos os pontos de coincidência entre o documento de Sarney e um outro, subscrito por um grupo de parlamentares do PFL e ontem também entregue à executiva. O engajamento da máquina administrativa, com extinção de ministérios e outros órgãos, e a privatização de empresas estatais, são alguns desses pontos.

A diferença, como disse Bornhausen, está também em pontos polêmicos: Sarney falou em mandato de cinco anos, implicitamente estabelecendo o presidencialismo como forma de seu governo, enquanto o PFL não toca nesses dois aspectos; em relação às verbas públicas, o partido também foi mais à frente do que Sarney, ao determinar que obras estimadas em mais de Cz\$ 500 milhões só possam ser autorizadas pelo Legislativo. Algo que dificulta diretamente, por exemplo, a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Responsabilidade — O deputado baiano Eraldo Tinoco tentou promover a discussão imediata do documento de Sarney na reunião da executiva. Perdeu. Esse documento e o do partido foram submetidos a um relator, o senador José Lins, do Ceará, e serão apreciados, sucessivamente, pelas bancadas federais, divididas em grupos, pelos presidentes de diretórios regionais, pelos líderes nas Assembleias, Câmara e Senado, e pelo diretório nacional. Só então chegará à convenção nacional.

Em cena, a falência das lideranças

Foram dois dias de equívocos, omissões, rompimentos de acordos e alianças exdrúxulas e eventuais. Ao final, o artigo do anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral garantindo a estabilidade no emprego foi aprovado pela Comissão de Sistematização, que confirmou sua vocação de votar, até aqui, sem se dividir em rígidos blocos ideológicos. Valeu tudo: a direita do PFL foi vista, na quarta-feira, unida com o PT e os PCs em geral. A esquerda do PMDB desfilou em companhia dos empresários interessados em barrar a estabilidade.

Menos de 24 horas depois, a direita do PFL juntou-se aos empresários abandonados pela esquerda do PMDB, que dessa vez preferiu aliar-se com a esquerda dos demais partidos. O metalúrgico Jair Meneguele, presidente da CUT, passou sua euforia pelos corretores acarpetados do prédio do Congresso. O empresário Mário Amato, presidente da Fiesp, retornou a seu estado sem ver a conclusão do que julga "um desastre", que começou a se desenhando ainda na tarde da quarta-feira.

Nossa esperança agora é o plenário — admitiu, desconsolado, o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria. Só 280 votos, metade mais um dos 559 constituintes, poderão impedir que a estabilidade no emprego esteja escrita na próxima Constituição. "Dificilmente, essa maioria será obtida", sentencia o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). "O que aprovamos significa um avanço em termos de conquistas sociais e faz justiça ao trabalhador", diz o moderado Konder Reis (PDS-SC).

A batalha da estabilidade foi travada em torno de um artigo e de duas emendas principais. O artigo 6º, do anteprojeto em votação, assegura "a garantia de emprego, protegido contra a despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei; b)

falta grave, assim conceituada em lei; c) justa causa fundada em fato econômico intratável, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho". A CUT queria mais, mas adotou o artigo. A Fiesp detestou.

A emenda apoiada pelos empresários trocava a estabilidade pela indenização progressiva, proporcional ao tempo de serviço do demitido. A liderança do PMDB na Constituinte, através do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), empenhou-se na quarta-feira para aprovar uma emenda de conciliação que restabelecia a responsabilidade nos termos do primeiro anteprojeto de Constituição de Cabral. Ali estava dito que se assegurava o "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei".

O que Cabral propôs agora é inaceitável, avançado demais e fere nosso modelo capitalista — confidenciou o senador Fernando Henrique a um amigo no início da semana. Os empresários caminharam na direção da emenda sugerida pela liderança do PMDB até à tarde da quarta-feira. "Acho que ela será aprovada", disse o senador Albano Franco, que até ali negociava em nome dos empresários. O presidente da Fiesp, naquele dia, entrou em cena, insistiu com a emenda que estabelecia a indenização progressiva e contribuiu para desarticular o acordo.

Deu no que deu. O PDS, a direita do PFL e parte da direita do PMDB uniram-se ao PT, PCs, PDT e parte da esquerda do PMDB para derrotar a emenda defendida pelo senador Fernando Henrique. Pensava com isso atrair depois os moderados do PMDB, isolar a esquerda em geral e aprovar a emenda que previa a indenização progressiva. Erraram os partidários da emenda, e ontem amargavam seu equívoco e tentavam inutilmente aprovar outra emenda que quase reproduzia a que haviam derrotado na véspera. O senador Fernando Henrique e o deputado Scalco lideraram o PMDB para votar no que não queriam um dia antes.

Foi o espetáculo da insensatez política — resumi o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). Para o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), a Constituinte assinou o atestado de óbito das lideranças.

PINGA-FOGO

• Com a aprovação do artigo que dá estabilidade no emprego, a esquerda e os progressistas da Comissão de Sistematização computaram mais uma vitória na votação do anteprojeto de Constituição de Cabral.

• Do deputado Konder Reis (PDS-SC): "Essa é uma Constituinte profundamente dividida por questões políticas, ideológicas, partidárias e regionais".

• O deputado Ulysses Guimarães será obrigado a conceder uma nova prorrogação do prazo estimulado para que a Comissão de Sistematização vote

o anteprojeto de Cabral. Será a segunda.

• O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) abandonou o plenário da comissão para não assistir à aprovação do artigo que institui a estabilidade no emprego. Acompanhou a votação pelo sistema de som da Câmara.

• Do "Radical de Araxá" sobre o pronunciamento, antontem, do presidente Sarney: "Tanta *mise-en-scène* somente para anunciar um novo aumento de gasolina".

Ricardo Noblat